

Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada

Professor de História Militar do IESM



AS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO

Portugal e a Opção Africana



Lição Inaugural da Abertura Solene do Ano Lectivo 2008/2009

IESM (Pedrouços), 17 de Novembro de 2008

Introdução

Portugal, País das «sete partidas»; de gente aventureira que se instalou em Ceuta, em 1415, e percorreu a costa africana ao longo desse século, que navegou para a Índia e edificou o Império do Oriente, no século XVI, que se abalançou no Pacífico e que sulcou o Atlântico Sul, ampliando e rentabilizando a terra brasílica a partir de meados de seiscentos, que ocupou África, na segunda metade do século XIX e que, finalmente, como anotou Agostinho da Silva, descobriu a Europa, em 1985. Uma longa globalização materializada por políticos, burocratas, militares, missionários, comerciantes, homiziados ou simples aventureiros; uma longa circunferência planetária que trouxe o gentio luso de regresso às origens a partir de 2002, com a emancipação de Timor-Leste.

Quando, hoje, olhamos para a inserção de Portugal no mundo, com as suas fronteiras de cooperação político-económica (União Europeia), de segurança e defesa (Aliança Atlântica) e cultural (CPLP), não ignoramos uma representatividade abrangente, mundializante, captada na História, que vinca bem o que é ser português: *“um misto de sonhador e de homem de acção, ou melhor, um sonhador activo, a que não falta certo fundo prático e realista”*¹.

O tema da Lição Inaugural respeita a África, especificamente centrado na epopeia da segunda metade do século XIX; uma epopeia caracterizada por um intenso debate político e social «intra muros», com vista a orientar a Nação para o devir imperial, por uma frenética actividade diplomática destinada a garantir os direitos de posse territoriais e por uma continuada e, por vezes, violenta actuação militar para os sustentar. É uma história que merece ser contada, ainda que nos seus contornos mais genéricos.

¹ Jorge Dinis, *“O Português: sonhador realista”*, in **Boletim Cultural - O Homem Português**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, VII Série, Fevereiro de 1990.

1. Portugal Imperial

Podemos distinguir três períodos no Portugal Imperial. O primeiro, o das especiarias do Oriente, ocorreu no século XVI, foi pensado estrategicamente por Dom João II, executado por Dom Manuel I e edificado por Dom Francisco de Almeida e Dom Afonso de Albuquerque. O segundo centrou-se em terras de Vera Cruz desde meados de quinhentos, que «os bandeirantes» desbravaram com os proventos do açúcar e do ouro. O terceiro firmou-se em África, a partir do último quartel do século XIX, enquanto «substituto patriótico» dos anteriores.

O Império a Oriente marcou miticamente a alma portuguesa, atravessou séculos e permaneceu nostálgica como época áurea que revelou ao mundo um Portugal de referência, consolidado e global; instalado de Mombaça a Goa, de Ormuz a Malaca, de Ceilão a Macau, que dominava a costa do Malabar, controlava o Golfo Pérsico, vigiava o mar Vermelho e detinha as chaves de entrada no Pacífico e que passou pela Austrália, comerciou com o Japão e se relacionou com a China.

Um País que «influenciava» o mar, servia à Europa de celeiro comercial das especiarias, evangelizava os gentios mas, paradoxalmente, não se desenvolvia, de tal forma que *“muitos viam nele um triunfo fictício, que expurgava o país de homens e dinheiro”*².

À conta das riquezas da pimenta, da canela ou da noz-moscada, o País atrofiou, demitindo-se de iniciativa e capacidade produtiva: enquanto fornecia a Europa, deixava definhar a agricultura; ao mesmo tempo que Lisboa fervilhava de movimento cosmopolita, a indústria parava; os ricos-homens ostentavam os escravos de servir e a sociedade decaía. Situação que se agravou com a concorrência externa a partir do último quartel do século XVI, quando as companhias comerciais inglesas e holandesas acabaram com o monopólio «indiano» e relegaram a presença portuguesa para um plano secundário.

Assim, *“por um preço terrível, Portugal abriu as portas a um mundo vasto, que não podia dominar nem controlar”*³.

Consequentemente, D. João III decide apostar no Brasil, a partir de 1542. Iniciava-se o preito imperial no Atlântico Sul, *“que teve menos glória mas mais proveito”*; menos glória, porque o País se tornou numa potência de segunda ordem na Europa e excessivamente dependente da Grã-Bretanha; mais proveito, porque a produção do açúcar, no século XVII, e a extracção mineira, nos seguintes, foram de longe mais

² Gervase Clarence-Smith, **O Terceiro Império Português (1825-1975)**, Lisboa, editorial Teorema, 1990.

³ C. R. Boxer, **O Império Marítimo Português 1415-1825**, Lisboa, Edições 70, 1992.

vantajosas materialmente para Portugal que o Oriente⁴. O Brasil tinha ainda a vantagem de estar mais perto da metrópole, ser territorialmente homogêneo e menos agreste no clima e doenças tropicais.

O Brasil tornou-se numa possessão de fixação, a língua e a cultura enraizaram-se, o escravagismo africano imperou e a miscigenação frutificou.

Assim, Lisboa entrou em choque, quando o Príncipe Dom Pedro, em 1822, lançou o grito de «independência ou morte» nas margens do rio Ipiranga. A secessão do Brasil e usando terminologia de Dom João IV, privou Portugal da sua «vaca leiteira». Efectivamente, constituiu um rude golpe económico, pois cessavam os subsídios, maior apoio da economia nacional, numa altura em que o País ainda não se tinha recomposto da devastação causada pelas invasões francesas, e político, pois, no concerto das nações, Portugal ficava reduzido a pouco mais que as fronteiras geográficas firmadas em Alcanices.

Que fazer? Na Ásia havia poucas perspectivas de alargamento: na Índia, os estabelecimentos de Goa e Gujerati estavam na sua maioria cercados por território inglês; a Oriente das Molucas, *“as fronteiras entre território holandês e português de Timor e as ilhas vizinhas estavam mal definidas (...) no Sudeste da China o pequeno estabelecimento de Macau continuava ligado, por arrendamento, ao império chinês”*⁵. Acresce que o modelo estava esgotado.

Impunha-se edificar um outro «Brasil». África surgiu, então, como espaço da desejável transferência imperial, passível de salvar a tradição política ultramarina⁶. Espaço onde estava tenuemente instalado, restringido a pequenos entrepostos no litoral e onde a animosidade dos locais era uma realidade. De facto, na Guiné a presença era circunstancial, em Angola subsistiam as áreas costeiras de Luanda e Benguela e algumas regiões interiores e, na costa oriental, Moçambique era uma herança tanto do império asiático como do sul-americano.

Mas estes constrangimentos não foram suficientes para impedir que, de expedição em expedição científica, de diferendo em diferendo diplomático e sob constantes necessidades de uso da força, Portugal cravasse lança em África, firmando aí os alicerces da civilização europeia, materializando o terceiro império.

⁴ Gervase Clarence-Smith, **ob. cit.**

⁵ **Idem**

⁶ J. da Silva Cunha, **História das Instituições (Aulas Teóricas)**, 2º vol., Porto, Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, 1998.

Império que, de 1885 a 1975, passou por fases distintas: desde a definição de fronteiras do território até à sua ocupação efectiva; da construção de um aparelho de Estado ultramarino ao incremento de uma economia biunívoca sustentável; do nacionalismo assente na glória de um império uno e multirracial garante da identidade do Estado, à guerra contra a assunção do direito de autodeterminação dos povos africanos.

2. A Opção Africana

Foi Bernardo Sá Nogueira quem, em 1836, previu que, a breve trecho, África desempenharia um papel político e económico importante na relação entre os estados da Europa. E assim, a construir-se um «novo Brasil» teria de ser na África Central, a partir do bastião angolano.

Porém, de 1821 a 1851, na Monarquia Constitucional a conjuntura política «resumiu-se» a uma série interminável de governos, revoltas populares, insurreições armadas, golpes e contra-golpes militares, a que não faltaram duas guerras civis, que opuseram absolutistas contra liberais, cartistas contra vintistas, reformadores contra estaticistas⁷. Consequentemente, o projecto de Sá Nogueira permaneceu em «reflexão».

Foi o pronunciamento militar de 24 de Abril de 1851, organizado e comandado pelo Marechal Saldanha, que normalizou o constitucionalismo monárquico português. A Regeneração fez regressar os soldados aos quartéis, o confronto político trocou as esporas pelo debate tribuniário, a sociedade normalizou e a economia desenvolveu-se. Portugal colocava-se, finalmente, no mapa da modernidade.

O projecto africano é, então, novamente retomado por Bernardo Sá Nogueira. Objectivo: controlo efectivo da linha da costa de Angola e de Moçambique e ocupação de regiões no interior de forma a concentrar territórios. Para o efeito, é determinado um conjunto de medidas: impulsionar as relações económicas entre a metrópole e o ultramar, constituindo companhias de navegação passíveis de ligar Lisboa a Benguela, Luanda, Moçâmedes e Ambriz, com escala em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; acabar com o trabalho forçado dos carregadores e extinguir o tráfico de escravos; efectuar incursões militares pelo interior da savana marcando a soberania portuguesa;

⁷ Abílio Pires Lousada, **O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal (1820-1974)**, Lisboa, Editora Prefácio, 2007.

fomentar a colonização branca, incentivando as gentes metropolitanas a apostarem num novo modelo de vida em África⁸.

Se o projecto fosse viabilizado, o ultramar não só deixaria de ser um fardo financeiro como se tornaria numa fonte de rendimentos capaz de modernizar Portugal e de tornar África terra de esperança⁹.

Mas os contratemplos abundaram. A tomada de Ambriz, no norte de Angola, em 1855, com o intuito de ocupar a região da foz do Congo, esbarrou, desde logo, com a oposição da Grã-Bretanha. A penetração pelo interior, tanto em Angola como em Moçambique, contou com a arreigada resistência das populações locais. Os africanos revelavam-se adversários mais temíveis e difíceis de submeter que outrora os ameríndios no Brasil¹⁰.

A pensada colonização branca não teve a aceitação esperada, pois o Brasil era ainda a terra das oportunidades para os portugueses, enquanto África permanecia no imaginário como terra de expiação, perigosa, em que só os criminosos e os aventureiros poderiam esperar a sobreviver e a prosperar¹¹. De tal forma que a presença portuguesa em África se resumia a feitorias portuárias obsoletas e a fortalezas em ruínas, controladas por pequenas guarnições militares mal equipadas¹².

Quanto ao trabalho escravo, os fazendeiros simplesmente não abdicavam dele, anulando de forma sectária intenções de uso de mão-de-obra livre, emprestando à administração ultramarina um carimbo de brutalidade subcapitalizada.

Portanto, os resultados foram decepcionantes, pois não se conseguiu um maior controlo nas costas de Angola e de Moçambique e muito menos a sua união.

Entretanto, em 1868-1869, Portugal entrou numa grave crise económica olhando para as políticas ultramarinas e as campanhas de pacificação como despesas a evitar. O desalento foi de tal monta que *“para uma corrente importante, embora minoritária, a solução estaria na venda das colónias de além Cabo, para centrar esforços em Angola e Moçambique”*¹³.

⁸ Valentim Alexandre, “*O Império Africano (Séculos XIX-XX) - As Linhas gerais*”, in **O Império Africano. Séculos XIX e XX**, Lisboa, Edições Colibri, Setembro de 2000.

⁹ Clarence-Smith Gervase, **ob. cit.**

¹⁰ **Idem**

¹¹ Pedro Cardoso (dir), **Atlas da Lusofonia. Angola**, Lisboa, Prefácio, 2005.

¹² Clarence-Smith Gervase, **ob. cit.**

¹³ Valentim Alexandre, **ob. cit.**

3. Do Poder Nominal ao Reconhecimento de *Jure*.

“Beijo a mão a El-Rei

Estou a seis dias do oceano Índico, em vésperas de concluir a minha travessia de África, feita da costa oeste. Lutei com a fome e a sede, feras e gentios, água e segura e tudo pude vencer. Trabalhos salvos: 20 cartas topográficas, estudos meteorológicos, 3 volumes de desenhos, avultado diário. Perdi muita gente. Estudo completo do Alto Zambeze, 72 cataratas. Guerras constantes. (...)”¹⁴

A débil situação da economia portuguesa não era única. Efectivamente, a Europa entra em recessão económica a partir de 1873, obrigando os diversos países a medidas proteccionistas. De tal forma que, a partir de 1880, era já perceptível que “a continuidade do crescimento económico de cada país dependia do acesso privilegiado a matérias-primas e das preferências em mercados externos mais ou menos cativos”¹⁵. Foram explorações como as efectuadas por David Livingstone, ao serviço da Grã-Bretanha, por Henry Stanley, pelo reino da Bélgica, ou pelo francês Pierre Brazza, que colocaram África na rota dos interesses continentais.

A Europa olha, então, para o continente negro como a solução dos seus problemas económicos, que considerava agreste como *res nullius*, isto é, sem dono¹⁶.

Portugal percebeu a ameaça e demandou, de novo, a África, onde, apesar de tudo, detinha a vantagem de posições estabelecidas e de direitos legais.

Fontes Pereira de Melo, chefe do governo, e Andrade Corvo, ministro do Ultramar, formaram a dupla que, politicamente, marcaria de forma indelével a soberania portuguesa em África, a partir do último quartel de novecentos.

Em 1875, fundava-se a Sociedade de Geografia de Lisboa, destinada a fortalecer e a esclarecer pelo estudo a mentalidade ultramarina¹⁷. Mentalidade que impulsionou, dois anos depois, os oficiais de marinha Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens a efectuarem a sua primeira viagem, de Benguela a Luanda, ao longo do rio Cuanza.

Por sua vez, o Capitão Serpa Pinto partiu dos arraiais de Silva Porto, em 1878, e caminhou para leste e sudeste, seguindo até à Zâmbia central. Percorreu o curso do rio

¹⁴ Serpa Pinto, Telegrama a El-Rei D. Luís, cit., Hernâni Cidade, **História de Portugal**, Coord. José Hermano Saraiva, Porto, QuidNovi, vol. 7, 2003

¹⁵ Luís Soares de Oliveira, **História Diplomática. O Período Europeu 1580-1917**, Lisboa, Pedro Ferreira.

¹⁶ **Idem**

¹⁷ Martim Afonso, **História da Civilização Portuguesa**, Porto, Porto Editora, 7ª Edição, s/d.

Zambeze e depois seguiu a rota meridional deste rio, chegando a Pretória, no Transval, e a Durban, em 1879.

Em 1883, o Tenente de Marinha António Maria Cardoso desbravou Moçambique, de Inhambane a Sofala, enquanto, em Angola, o Major Henrique de Carvalho viajou de Malange ao rio Cassai, entre 1884-1886, conhecendo a Lunda.

O reconhecimento completou-se com nova expedição de Capelo e Ivens, que partiram em 1884 do Sul de Angola, cruzaram o continente e chegaram a Quelimaine (Moçambique) um ano depois¹⁸.

De qualquer forma, Portugal procurou a concordância da Inglaterra relativamente à posse territorial do território desbravado, desde logo na área ribeirinha do Congo, área comercial considerada nevrálgica, pois ligava o mar ao interior continental. Porém, a França e a Bélgica, com pretensões similares, opuseram-se.

Da discórdia surgiu a ideia da Conferência de Berlim (1885), onde se deliberou um conjunto de premissas, dos quais se destacam, com interesse para Portugal, a liberdade à *la carte* de navegação no Congo e no Níger e a consagração do princípio da ocupação efectiva dos territórios do litoral, em detrimento do antigo princípio do direito histórico.

Interessado na região centro africana, o Governo Português ignorou a Grã-Bretanha e centrou as atenções negociais na França e na Alemanha com o objectivo de obter a anuência para a ocupação e ligação dos territórios entre Angola e Moçambique. Nascia, assim, o projecto do Mapa Cor-de-Rosa, que embateu na intenção britânica de Cecil Rhodes de ligar o Cairo ao Cabo por linha-férrea. O resultado foi uma das maiores crises diplomáticas entre Portugal e a Grã-Bretanha, que conduziu ao *Ultimatum* (Janeiro de 1890), obrigando Lisboa a abandonar o projecto. Uma crise que ganhou, internamente, tal amplitude política que fomentou na sociedade portuguesa um forte sentimento anti-britânico, desacreditou a Monarquia, considerada inepta na defesa dos interesses ultramarinos, e catapultou para a ribalta o Partido Republicano à procura de um «bom tema» político.

Porque não se legislou de forma explícita relativamente às esferas de influência no «miolo» africano, Berlim obrigou as potências europeias, por um lado, a negociarem acordos sobre traçados territoriais e, por outro, a recorrer a efectivos armados para fazerem valer os seus interesses, a começar pela subjugação dos africanos. O resultado da visão eurocentrista de uma África deficientemente reconhecida, foram o

¹⁸ A. H. de Oliveira Marques, **Breve História de Portugal**, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

recorte geométrico do território, feito a régua e esquadro, e o desrespeito pelas realidades étnicas, sociais e culturais. As consequências sentiram-se com os conflitos intra-africanos que assolaram o continente a partir da 2ª metade do século XX, estando alguns deles ainda em curso.

As fronteiras da África Portuguesa são negociadas no decénio 1890 que, de forma quase definitiva, fizeram de Angola e Moçambique os Países que hoje conhecemos:

- Com a Grã-Bretanha, estabeleceram-se acordos de delimitação no Norte de Angola e, em Moçambique, definiram-se os envoltórios marítimos a Sul e terrestres a Norte e Leste.

- Com a França, foi possível negociar mais favoravelmente, quer o território da área do Congo, quer a fronteira Norte de Moçambique, através de cedências na Guiné.

- Com a Bélgica, as negociações foram as mais complexas e relativas a território angolano. A Norte, anuiu-se à abertura de um corredor terrestre em direcção ao oceano, que formou o enclave de Cabinda, e a Nordeste e Leste traçaram-se as fronteiras da Lunda.

- Com a Alemanha, Estado sem tradição imperial em África mas que também pretendia «um lugar ao sol», acertou-se a limes Sul de Angola e Norte de Moçambique, que traria problemas a médio prazo¹⁹.

É certo que Portugal não atingiu os objectivos pensados no Mapa Cor-de-Rosa, mas Angola e Moçambique ganharam uma dimensão territorial assinalável, que tornou Portugal o quarto império da época.

Com as fronteiras definidas de *jure*, Portugal sabia que a soberania efectiva não era reconhecida pelo gentio local em vastas zonas que não ocupava²⁰. De facto, em Angola sobressaía, fundamentalmente, a irredutibilidade nos Dembos, a Norte; a mal conhecida e imensa região centro-leste; e a Sul, a zona além-Cunene tinha nos cuamatos e nos cuanhamos as principais insubmissões. Em Moçambique a situação era ainda mais delicada, atendendo ao quadro étnico e religioso diferenciado das populações. A Norte, pairava a ameaça dos maometanos negros afectos ao Íman de Mascate, que habitava no Zanzibar e se manifestara ferozmente contra os acordos; na

¹⁹ Sobre os acordos de fronteira ver, entre outros, Isabel Castro Henriques, **Território e Identidade. A Construção da Angola Colonial (1872-1926)**, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004; Leonor Correia de Matos, “*Os problemas de fronteiras em Angola e Moçambique*”, in **Portugal no Mundo, Séculos XVIII-XX**, Dir. Luís de Albuquerque, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1989; Oliveira Marques, **ob. cit.**; Pedro Cardoso (dir), **Atlas da Lusofonia. Moçambique (2004) e Angola (2005)**, Lisboa, Prefácio.

²⁰ Realidade agravada pelo facto de o número de colonos e de soldados brancos presentes nas duas províncias não atingir as 20 000 pessoas : Oliveira Marques, **ob. cit.**

zona central, o problema eram os matabéles; a Sul, os vátuas constituíam a tribo zulu mais intransigente.

A solução recaiu na implementação de planos de fomento destinados ao desenvolvimento regional, imposição de medidas de trabalho livre e acordos com os régulo e sobas.

4. Das Palavras aos Actos – A Força das Armas

“Meu caro Álvaro:

Escrevo-te deitado de bruços sobre um impermeável, por não ter mesa, e de luvas calçadas para não dar à carta o aspecto de papel de embrulhar géneros de mercearia.

Nós e os animaes temos passado fome e sede, não dormimos e andamos miseráveis. Desde que saí do forte Roçadas nunca mais tive água para lavar as mãos, ao menos, nem roupa para mudar. O meu fato, salpicado de lama (...) e com grandes manchas de sangue das feridas, é simplesmente repellente! (...).

Os cuamatos não nos deixam descansar, nem de dia nem de noite e, com o seu bom armamento, fazem-nos grande mal sem se aproximarem muito”²¹

Mas rapidamente se percebeu a necessidade de fazer respeitar os direitos adquiridos, ou seja, recorrer à «baioneta», obrigando-se o País a um esforço suplementar de reconquista.

Foi precisamente contra os vátuas do régulo Gungunhana, que se iniciou a fase decisiva de ocupação militar em África, em 1894, que conduziu a um conjunto de campanhas que, na maioria dos casos, glorificaram o País e aumentaram a galeria dos heróis militares nacionais, os denominados «africanistas».

As operações, que se prolongaram por três décadas, foram na grande maioria de reduzida envergadura, mobilizando escassas centenas de homens, muitos deles efectivos indígenas, e destinavam-se a submeter territórios de limitada extensão. Em alguns casos, no entanto, as campanhas atingiram maiores dimensões, com o contributo de forças idas da metrópole, em geral quando estavam em causa zonas de fronteira estratégicas, cuja insubmissão poderia colocar em perigo o domínio português na colónia respectiva²². Foi o que aconteceu com as campanhas na Zambézia, em 1902, a campanha contra os vátuas, no Sul de Moçambique, em 1905, ou no Sul de Angola contra os cuamatos, 1907.

²¹ Tenente Alfredo Lima, Carta, Aucongo – Angola, cit., Jaime Ferreira Regalado, **Cuamatos 1907. Os Bravos de Mufilo do Sul de Angola**, Lisboa, Tribuna, 2004.

²² Valentim Alexandre, **ob. cit.**

Assim, em Moçambique, contra os vátuas a luta assumiu, de parte a parte, a ferocidade das batalhas campais; no vale do Zanzibar, as operações convergiram para acções de cerco às povoações fortificadas dos chefes rebeldes; a Norte as forças portuguesas foram sujeitas a desgastantes acções de guerrilha e emboscadas²³.

No Sul de Angola, a luta contra os cuamatos assumiu contornos assaz interessantes. A partir de Moçâmedes, a projecção da força foi feita, em larga medida, por via-férrea. Chegados ao local, adoptava-se a táctica do quadrado móvel, isto é, a força progredia organizada e com possibilidade de observar e fazer fogo em todas as direcções. Quando o inimigo se revelava, a partir das matas, copas das árvores ou dobras de terreno, o quadrado instalava, as peças de artilharia e metralhadoras eram colocadas nos cantos, de onde abriam fogo, a par dos infantés, de forma disciplinada. No decurso do combate, caso se prolongasse, enquanto a primeira linha mantinha o contacto, as restantes cavavam trincheiras à retaguarda, construindo parapeitos com sacos de terra – as proto-trincheiras, um modelo inovador. Entretanto, a cavalaria e a infantaria de marinha efectuavam cargas de limpeza nos redutos dos cuamatos. Terminado o combate, construíam-se fortes de madeira, pontos de apoio para acções mais profundas, num território que tinha uma extensão superior a 500Km²⁴.

Mas, na verdade, os sucessos militares que viabilizaram a soberania portuguesa em África só foram possíveis porque a tecnologia bélica era superior e as operações foram conjuntas.

Na década de 1880, a cobertura militar em Angola e Moçambique era reduzida, pouco mais de 2 000 homens em cada, cifras que incluíam unidades de indígenas enquadradas por oficiais metropolitanos. Quando, na década seguinte, as campanhas de pacificação entram na fase decisiva, a vantagem portuguesa é que vai utilizar pela primeira vez equipamento moderno, como as espingardas de repetição Kropstschek, a metralhadora Maxim, os obuses de montanha Krupp, as lanchas-canhoelras de aço, as unidades de pontoneiros, a moderna medicina tropical e até o caminho-de-ferro²⁵.

²³ António Viana de Almeida Tomé, “*A epopeia dos militares portugueses no ultramar no final do século XIX*”, In **XIII Colóquio de História Militar – Portugal Militar. Da Regeneração à Paz de Versalhes**, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.

²⁴ Sobre a campanha contra os cuamatos ver: Jaime Ferreira Regalado, **ob. cit.**

²⁵ António Telo, “*Tecnologia e armamento*”, in **Nova História Militar de Portugal**, Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 3, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004. Sobre as campanhas de pacificação a partir da década de 1890 ver também Ferreira Martins, **História do Exército Português**, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945.

A tecnologia justifica, em grande medida, a superioridade obtida contra efectivos africanos muito superiores em número, pois o diferencial de baixas entre oponentes era enorme.

As descargas eram feitas à ordem e de forma conjunta, premindo-se o gatilho nunca antes do inimigo se aproximar a distância de tiro eficaz.

As operações conjuntas Exército-Marinha foram determinantes.

A partir da década de 1860, a Marinha moderniza-se, a vela cede o passo ao vapor, a madeira ao ferro, o ferro ao aço. Adquirem-se corvetas mistas, vapores e lanchas-canhoelras; navios armados com metralhadoras Nordenfolt, Hotchkiss ou Maxim, enquanto as tripulações recebem as espingardas Martini, depois substituídas pelas carabinas de repetição Kropstschek. O objectivo é criarem-se “condições que permitam a ocupação efectiva do litoral africano, numa acção do mar para terra”²⁶. Convém lembrar que a Conferência de Berlim estipulava a ocupação efectiva do litoral e não de todo o território, daí que a Marinha foi importante na fase de arranque das campanhas de pacificação, pois as forças expedicionárias presentes em África até à década de 1890 eram reduzidas. De tal forma, que a primeira fase da ocupação segue o curso dos grandes rios africanos, que definem os corredores de passagem para o interior do continente.

É neste contexto que as lanchas-canhoelras assumem uma importância crucial. Trata-se de embarcações suficientemente grandes para efectuarem a viagem metrópole-ultramar, mas suficientemente pequenas para operarem nas águas pouco profundas dos rios, algo que estava vedado às lanchas a vapor²⁷.

As lanchas-canhoelras são, portanto, instrumento incontornável da «corrida para África» e o tipo de navio mais utilizado na década de 1890. Estiveram em todas as campanhas importantes entre 1887 e 1908: são bases de fogo, bases de operações anfíbias, transportes, patrulhas, centros de comunicações, hospitais móveis, rebocadores. Operaram, isoladas ou em grupo, nos principais rios e lagos do império. São verdadeiros multiplicadores de forças, que deram apoio imprescindível às colunas em terra.

Apoio em terra que contou com homens de marinha armados com a espingarda Kropstschek, chamados a desembarcar e a actuar como infantaria, o mesmo acontecendo com marinheiros artilheiros, que participavam nas operações das colunas terrestres, comandados por oficiais da Armada.

²⁶ António Telo, *ob. cit.*

²⁷ **Idem**

Foi só com o final da Grande Guerra de 1914-1918 que a pacificação e ocupação do espaço africano desenhado na década de 1890 com os parceiros europeus ficavam, grosso modo, concluídas. Aliás, durante a guerra mundial, a Alemanha tornou-se no grande adversário da presença portuguesa em África, especificamente no sul de Angola e no norte de Moçambique. Adversário que o fim da guerra e a derrota das potências centrais anulou. A preservação das possessões ultramarinas foi, em boa verdade, uma das razões para a entrada de Portugal na guerra ao lado dos aliados, combatendo com estes na Flandres com a consciência que era nesse teatro de operações que se decidiria o futuro da presença em África²⁸.

5. Fecho

Termino com um excerto das memórias de António Ennes, herói das campanhas de Moçambique em 1895:

“Não desejei e só a muito custo aceitei a missão comprometedora, que nos fins de 1894 me desterrou para a África Oriental Portuguesa carregado com plenos poderes civis e militares (...).

Passara meses despreocupado de questões ultramarinas, alheado da política, a escrever um livro que não acabei e a trabalhar intermitentemente para a secretaria dos estrangeiros. Mal atentei na revolta do Mahuzulo quando rebentou, e nem sabia ao certo onde ficava Magaia. O distrito de Lourenço Marques era precisamente o que eu mais desconhecia, porque nunca lá tivera serviço e apenas lhe visitara a capital, como touriste, no intervalo de dois paquetes.

Não fui ouvido nem consultado acerca das primeiras providências que o Governo tomou para restabelecer a ordem e a autoridade da coroa, e quando em Outubro, assisti no arsenal de marinha ao embarque de Caçadores 2, não tive suspeita ou palpite de que havia ainda de governar aqueles militares, a quem saudei anonimamente detrás de uma sebe viva de curiosos com o meu chapéu alto de seda”²⁹

²⁸ Sobre as razões da Participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial ver: Nuno Severiano Teixeira, **O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra**, Lisboa, Editorial Estampa, 1996; John Cann, “Angola e a Grande Guerra”, In **Revista Militar**, Nº 2412, Janeiro de 2003 e “Moçambique, África Oriental Alemã e a Grande Guerra”, In **Revista Militar**, Nº 2404, Maio, 2003.

²⁹ António Ennes, **A Guerra de África em 1895**, Lisboa, Editora Prefácio, 2002, p. 21.

Foi mercê desta consciência de cidadão e soldado, assente no espírito de missão patriótico e abnegação pessoal, materializado no empenhamento político, diplomático e militar da geração portuguesa da segunda metade do século XIX, que Angola e Moçambique têm hoje uma dimensão territorial sustentada. Porque, como enfatizou Mouzinho de Albuquerque, *“tudo suportámos de boa mente porque servíamos a El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda”*³⁰.

³⁰ Mouzinho de Albuquerque, **Carta ao Príncipe Real Dom Luís Filipe**.